



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 19/2016

Da reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Alcútem

Realizada em 26 de outubro de 2016

----- Aos vinte e seis dias do mês de outubro de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Alcútem, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Paulo Paulino, José Pereira, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente vice-presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- O sr. vice-presidente informou os membros presentes da não comparência do sr. presidente da Câmara, dado que, o mesmo se encontra de em Albufeira, numa reunião no âmbito de AMAL-VAMUS/Projeto de Mobilidade Sustentável do Algarve, pelo que, presidiu a reunião . -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DA FALTA:** -----

----- A Câmara considerou justificada a falta do sr. presidente, nos termos da alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Verificando-se a presença da maioria dos membros da Câmara, o Senhor Vice-presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O vice-presidente usou da palavra para informar os presentes da realização da reunião extraordinária do executivo, no próximo dia 31 de outubro, pelas 14.00 H, tendo existido a concordância de todos os membros. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para solicitar cópia do documento, relativamente ao pagamento/indeminização efetuado à empresa Luar do Rio. Concluiu a sua intervenção questionando se não consideram a verba designada (€ 53.428,37 + IVA) para a Empreitada de Arranjo Paisagístico na zona envolvente do Espaço do Cidadão, em Martim Longo, um valor bastante avultado *“para um sítio tão pequeno”*, bem como se foram consultadas mais empresas, *“apesar do valor não exceder o limite de € 75.000,00”*. -----

----- O vice-presidente interveio para mencionar que o documento solicitado será entregue, após a reunião de Câmara. Relativamente à questão apontada referiu que a obra a executar implica a demolição do espaço que existe, reparação de paredes contíguas para criação de estrutura de suporte e decoração do espaço (colocação de painéis), *“daí a totalidade do valor apresentado”*, tendo a vereadora questionado se essa colocação também é da responsabilidade do empreiteiro, *“ou é à parte?”*. -----

O vice-presidente continuou a sua intervenção referindo que *“julga que está tudo incluído”*. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros usou da palavra para adiantar que a *“casa já se encontra destruída, e não tem nada no interior”*, tendo o vice-presidente esclarecido que os destroços terão que ser removidos, e que grande parte do valor prende-se com a intervenção das paredes contíguas. A vereadora ainda deu nota que continua a considerar que *“é um valor bastante avultado, dado que o dinheiro não é da Câmara Municipal, é de todos e isso terá que ser tido em conta”*. Solicitou novamente explicações, sobre as empresas consultadas, tendo o vice-presidente frisado que *“temos isso sempre em conta sr^a. vereadora”*, bem como informar que foram consultadas, informalmente duas empresas, sedeadas no concelho, no entanto, apenas uma apresentou proposta, dado que a empresa Carlos Teixeira comunicou que não tinha disponibilidade/condições para executar a obra. -----

27. f

----- O vereador José Pereira interveio para referir que *“as coisas não se fazem assim, uma vez que quando se lança um concurso não se vai falar com A ou B, ou de boca em boca, se queremos transparência. Faz-se o convite através da plataforma”*, tendo o vice-presidente referido que a adjudicação encontra-se de acordo com a legislação em vigor. -----

O vereador José Pereira continuou a sua intervenção para mostrar *“o seu desagrado”* e referir *“mais uma vez, a má decisão, que a Câmara Municipal teve na aquisição da casa do sr. Francisco Xavier, alegando que a mesma serviria para dinamização dos produtos endógenos, uma biblioteca e/ou espaço de leitura”*, informando de seguida que votaram contra na altura, uma vez que *“achávamos que a Autarquia possuía espaços melhor localizados, para este tipo de projetos”*. Continuou frisando que consta na informação, referente à aquisição de bens e serviços e entregue aos vereadores da oposição, uma denominação diferente do projeto, nomeadamente *“Projeto de Execução do Espaço para dinamização de produtos endógenos de Alcútem”*, desaparecendo a biblioteca, e nesse sentido considera que *“somando os valores já gastos (aquisição da habitação € 70.000,00 + projeto de execução € 16.700,00 (mais IVA), com mais a construção do espaço, estamos a falar em € 400.000,00 (quatrocentos mil euros – aproximadamente), verba essa bastante avultada. De seguida referiu que a razão da aquisição “dessa habitação”, em sua opinião, prende-se com o “favorecimento a uma pessoa, que talvez estava a necessitar, mas que a Câmara Municipal não pode entrar por estes caminhos, e se falarmos nas despesas que o projeto envolve, considera que a Edilidade deveria envidar esforços para recuperar os edifícios do centro da Vila, dado a sua localização”, e como tal mostra o seu desagrado pela decisão tomada. Solicitou novamente o parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), visto que o documento entregue, pelo Chefe de Divisão, na última reunião não corresponde ao pedido solicitado, porém, considera que ocorreu um lapso, bem como solicitar cópia do parecer da PLMJ – Sociedade de Advogados RL, no que concerne o loteamento industrial, uma vez que teve conhecimento, através do Chefe de Divisão, que o mesmo já foi remetido à Câmara Municipal, e ainda não lhe foi entregue, como tal “ os senhores encontram-se em incumprimento, com o que diz o Regimento da Câmara*

↓ at.

Municipal e a Lei do Direito à Oposição, tendo 10 dias para os entregar". Referiu igualmente que solicitou o processo relativamente ao encerramento da extensão de vaqueiros, tendo o vice-presidente entregue de imediato o referido processo. O vereador José Pereira continuou referindo que *"não perdoa mais uma vez a não entrega de documentos"*, e nem admite que elaborem os relatórios de oposição *"a afirmarem que cumprem o Regimento e Direito de Oposição"*, considerando essas falhas inadmissíveis. Quanto ao parecer da PLMJ referiu que não corrobora com o mencionado pelo sr. presidente, na anterior ata, *"uma vez que o poderá comprometer no futuro"*, tendo lido de seguida o trecho da referida Ata, nomeadamente *"que o referido parecer foi para conhecimento da Comissão de Análise, e que os membros da mesma não corroboraram com o conteúdo, e nesse sentido foi solicitado novo parecer à PLMJ – Sociedade de Advogados, RL"*. Salientou ainda que considera que *"não devemos andar de parecer em parecer"*, dado que, a ANMP é uma entidade que representa os municípios, com maior experiência em termos autárquicos, *"e agora solicitamos"* novo parecer a uma entidade que vende produtos e/ou presta serviços, *"em que vão agradar os senhores e não a comissão de análise"*. Finalizou referindo que não corrobora com a suspensão do Regulamento do Loteamento Industrial, conforme proposta apresentada em reuniões transatas, relembrando que sugeriu na altura uma alteração/adaptação ao documento, e nesse sentido aguarda *"que os senhores da PLMJ digam que se pode suspender, para depois vermos quem tem razão"*. Solicitou ainda a entrega do referido parecer, no prazo de dez dias, conforme o regimento e direito de oposição. ---
----- O vice-presidente usou da palavra para mencionar que *"relativamente à casa do sr. Francisco Xavier"* o vereador José Pereira já demonstrou várias vezes a sua opinião, sendo *"um direito que lhe assiste, defender o seu ponto de vista"*. Salientou ainda que a razão da aquisição prendeu-se tendo *"em conta a localização e o interesse para a situação"*. Relativamente aos edifícios centrais referiu que foram apresentadas candidaturas, no âmbito do Plano de Ação de Desenvolvimento de Recursos Endógenos (PADRE), para a fixação de empresas, no referido espaço, caso exista financiamento, tendo o vereador José Pereira alertado para a duplicação de espaços. O vice-presidente interveio novamente para salientar que os objetivos são diferentes, bem como referir que

a não entrega do parecer da ANMP, foi um lapso, quanto ao parecer da PLMJ-Advogados RL adiantou que não entendeu o pedido efetuado, na última reunião. Findou referindo que o prazo para entrega dos documentos são de dez dias, no entanto, o mesmo é suspenso aos sábados, domingos e feriados, de acordo com os artigos 86.º e 87.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA). -----

----- O vereador José Pereira interveio para referir que *“mais uma vez está demonstrado que não é verdadeiro o conteúdo do Relatório da Oposição, no que concerne a entrega de documentos”*, exemplificando de seguida os requerimentos elaborados em 2014 *“que ainda nos faltam satisfazer”*, tendo o vice-presidente salientado que *“o vereador tem razão no timing da entrega dos documentos”*, porém, julga que está tudo em conformidade. O vereador José Pereira continuou a sua intervenção informando que o assunto já foi debatido várias vezes, e que na próxima reunião da Assembleia Municipal *“serão esclarecidos”*. -----

----- O vice-presidente usou da palavra para frisar que é lícito solicitar outra opinião/parecer a outra entidade, para melhor análise do processo, tendo o vereador José Pereira frisando que *“não me peçam para votar, um assunto de extrema importância, com base em dois pareceres que são contraditórios, porque os dois tem fundamentação”*. -----

----- O vereador José Galrito usou da palavra para mencionar que considera legítimo solicitar dois pareceres, dado que, poderá ajudar a proporcionar uma melhor compreensão das questões colocadas pela Câmara Municipal, tendo o vereador José Pereira adiantado que na última reunião provou que os dois pareceres emitidos pela jurista, e referentes ao mesmo assunto eram contraditórios. -----

----- O vice-presidente interveio para frisar que *“tomaremos decisões depois de os ter, e os senhores vão ter conhecimento da situação”*. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar *“o que é que estão a pensar fazer com o edifício do Centro de Artes e Ofícios”*, dado que o executivo permanente tem previsto a criação de um ninho de empresas, para promoção dos produtos endógenos, tendo o vice-presidente esclarecido que o fim a que se destinou a candidatura aquando da execução da obra era a área das

↓ 04.
artes e ofícios e sede de Associações. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º203) respeitante ao dia 25 de outubro, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.909.146,65; -----

----- Operações Orçamentais - € 1.623.532,56; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 278.201,94. -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** O sr. vice-presidente pôs à discussão a: -----

----- **Ata n.º 18/2016**, da reunião pública ordinária, realizada no dia 12 de outubro de 2016, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que não corrobora com o conteúdo da Ata, dado que não se encontram "*refletidas informações importantes*", no que concerne à Extensão de Saúde de Vaqueiros, na sequência da visita do presidente do Agrupamento de Centros de Saúde do Sotavento (ACES), Dr. Pedro Alves a Vaqueiros, em que o presidente da Câmara afirmou, que após essa visita, concluiu-se "*que afinal o edifício apresenta boas condições, o único problema é o da informática, e isso não está aqui refletido*".

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com o voto de qualidade do vice-presidente de acordo com n.º1 do artigo 11.º do Regimento da Câmara e 2 (dois) votos contra dos srs. vereadores José Pereira e Drª. Dalila Barros aprovar a referida Ata. -----

Os vereadores do PSD apresentaram a seguinte declaração de voto oral: -----

" *Votamos contra a Ata porque em alguns assuntos, nomeadamente sobre a Extensão de Saúde de Vaqueiros, não se encontra refletido o que realmente foi afirmado pelos senhores presidente e vereador Paulo Paulino*". -----

----- **EMPREITADA DE RECONSTRUÇÃO DE AÇUDE JUNTO À PONTE DE ALCARIA COVA – CANCELAMENTO DE GARANTIA BANCÁRIA:** Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se proceda ao cancelamento da Garantia Bancária Operação n.º 2539.001573.893, no valor de € 13.735,45, emitida pela Caixa Geral de Depósitos, SA, bem como se proceda ao cancelamento da Garantia Bancária Operação n.º 2539.001800.193, no valor de € 1.016,63, emitida pela Caixa Geral de Depósitos, SA. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a referida proposta. -----

----- **EMPREITADA DE RECONSTRUÇÃO DE AÇUDE JUNTO À PONTE DE ALCARIA COVA – RESTITUIÇÃO DE CAUÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se proceda à restituição de caução na importância de € 897,56 à firma Aquino Construções, S.A, referente a 10% do reforço de caução, descontado aquando do pagamento da revisão de preços da respetiva empreitada. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a referida proposta. -----

----- **EMPREITADA DE RECONSTRUÇÃO DE AÇUDES JUNTO ÀS POVOAÇÕES DE GALAXOS E VÁRZEA – LIBERAÇÃO PARCIAL DE GARANTIAS BANCÁRIAS:** Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se proceda à aprovação da Liberação Parcial de Garantia Bancária n.º 125-02-1652356 de 15%, na importância de € 1.849,26, referente ao 3.º ano, emitida pelo Banco comercial Português, S.A . -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

↓ 28.
----- **EMPREITADA DE RECONSTRUÇÃO DE AÇUDES JUNTO ÀS POVOAÇÕES DE GALAXOS E VÁRZEA – LIBERAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se proceda à aprovação da liberação parcial de caução de 15%, na importância de € 2.560,93, referente ao 3.º ano, ficando o remanescente o valor de € 4.268,22. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE DOIS PRÉDIOS URBANOS SITUADOS NA VILA DE ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que não pretende exercer o direito de preferência prevista nos artigos 37.º e 43.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, de dois prédios urbanos com o artigo matricial n.º 3217 da freguesia de Alcoutim e Pereiro e concelho de Alcoutim, com a proveniência sob o artigo 3094 da extinta freguesia de Alcoutim, localizado na Rua Pedro Nunes, Alcoutim, com área total de 56.00 m² e outro com o artigo matricial n.º 2397 da freguesia de Alcoutim e Pereiro e concelho de Alcoutim, com a proveniência sob o artigo 2128 da extinta freguesia de Alcoutim, localizado no largo do Castelo, Alcoutim, com área total de 78.00 m². -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **COMPARTICIPAÇÃO PRIVADA DO PROJETO 14722 “CHOOSE OUR FOOD”, CONFINANCIADO NO ÂMBITO DO PO CRESC ALGARVE 2020:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com a alínea ff) artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, assegurar a comparticipação privada do

7
04.

projeto 14722 “Choose our Food” cofinanciado no âmbito do PO CRESC ALGARVE 2020, que corresponde a 1/3 dos 20% do investimento elegível (€ 49.319,01), correspondendo a € 16.439,67 (dezasseis mil quatrocentos e trinta e nove euros e sessenta e sete cêntimos), a transferir para a ODIANA – Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana. -----
----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **COMPARTICIPAÇÃO PRIVADA DO PROJETO 14937 “TURISMO EM ZONAS DE BAIXA DENSIDADE (BAIXO GUADIANA) ”, CONFINANCIADO NO ÂMBITO DO PO CRESC ALGARVE 2020:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com a alínea ff) artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, assegurar a comparticipação privada do projeto 14937 “Turismo em Zonas de Baixa Densidade (Baixo Guadiana)”, que corresponde a 1/3 dos 20% do investimento elegível (€ 21.097,21), correspondendo a € 7.032,40 (sete mil e trinta e dois euros e quarenta cêntimos), a transferir para a ODIANA – Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta-----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 26 de outubro de 2016, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar,

pelo Excelentíssimo Senhor presidente, foi encerrada a reunião, pelas onze horas e cinquenta e dois minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, Ana Paula Martins Pereira, secretária das reuniões do executivo, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar. -----


(O Vice-presidente

A Secretária

